

## ENTRE O CUIDAR, O EDUCAR E O AVALIAR: TENSÕES NA AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Francisca Eudeilane da Silva Pereira<sup>1</sup>**; Edilma Mendes Rodrigues Gonçalves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação na UFPI; Professora da SEMEC e SEDUC no Estado do Piauí, Brasil. [eudeilane@gmail.com](mailto:eudeilane@gmail.com)

<sup>2</sup>Professora Adjunta da UESPI e Coordenadora do Curso de Pedagogia do PARFOR/UESPI no Estado do Piauí, Brasil. [edilmamendes@cte.uespi.br](mailto:edilmamendes@cte.uespi.br)

### Introdução

A Educação Infantil constitui-se como espaço de garantia de direitos, experiências, interações e produções culturais que sustentam o desenvolvimento integral das crianças. Nesse campo, a avaliação precisa ser compreendida como ação pedagógica ética e intencional que acompanha processos, interpreta percursos e orienta intervenções, sem assumir finalidade classificatória ou antecipar lógicas próprias do ensino fundamental.

Conforme estabelecem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009), documentos normativos que orientam a organização pedagógica da Educação Infantil, a avaliação deve ocorrer por meio do acompanhamento contínuo do desenvolvimento das crianças, sem retenção ou promoção, priorizando registros, observações e a documentação pedagógica. Tal orientação aproxima-se da concepção de avaliação formativa defendida por Hoffmann (2014), que a compreende como mediação pedagógica comprometida com os processos de aprendizagem, e de Luckesi (2011), para quem avaliar implica um ato intencional de cuidado e de tomada de decisão voltado à qualidade do desenvolvimento educacional.

Entretanto, quando se trata da linguagem escrita, emergem tensões que atravessam o cotidiano das instituições: entre o cuidar e o educar, entre a experiência e a escolarização precoce, entre o acompanhamento sensível dos processos infantis e a busca por evidências de desempenho. Essas tensões revelam disputas de concepção sobre infância, aprendizagem e ensino. No campo dos Estudos da Infância, a criança é compreendida como sujeito social, histórico e produtor de cultura (Sarmiento, 2004; Corsaro, 2011), o que implica reconhecer que suas relações com a escrita não se reduzem à preparação para a alfabetização formal, mas se constituem nas interações, nas brincadeiras, nas curiosidades e nos usos sociais da linguagem.

Nesse horizonte teórico, as experiências de leitura e escrita na Educação Infantil devem ser compreendidas como práticas culturais situadas. Dialoga-se, nesse sentido, com Ferreiro e Teberosky (1999), que evidenciam a construção ativa do conhecimento pela criança no processo de apropriação da escrita, e com Soares (2004), ao compreender o letramento como prática social que ultrapassa a simples codificação e decodificação de signos, configurando-se como prática de significação e participação em contextos sociais específicos.

Assim, avaliar não significa verificar desempenho por meio de critérios rígidos ou mensurar habilidades isoladas, mas compreender como a criança se envolve com textos, como produz sentidos, como articula experiências do contexto familiar e escolar e como amplia seus repertórios culturais. Trata-se de um movimento de escuta e interpretação que considera a

criança em sua condição de sujeito histórico e social, reconhecendo seus modos próprios de participar das práticas de leitura e escrita e de ressignificar as propostas pedagógicas.

Apesar de a BNCC (Brasil, 2017) e as DCNEI (Brasil, 2009) reafirmarem o caráter processual, formativo e qualitativo da avaliação, observa-se que a intensificação de uma cultura avaliativa orientada por resultados tem repercutido no cenário educacional brasileiro. Esteban (2002) problematiza os efeitos de uma lógica reguladora que pode reduzir a complexidade da aprendizagem a indicadores simplificados, fragilizando a dimensão emancipatória da avaliação. Ainda que a Educação Infantil não esteja submetida diretamente a avaliações externas padronizadas, as expectativas de desempenho nas etapas posteriores tendem a influenciar a organização do trabalho pedagógico, favorecendo a antecipação de práticas sistematizadas de leitura e escrita e tensionando os princípios do cuidar e do educar que estruturam essa etapa.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar como as práticas avaliativas relacionadas à linguagem escrita vêm sendo organizadas na Educação Infantil e quais sentidos assumem quando atravessadas por concepções escolarizantes. Este trabalho tem como objetivo problematizar as práticas avaliativas relacionadas à linguagem escrita na Educação Infantil, tomando como referência as orientações da BNCC (Brasil, 2017) e das DCNEI (Brasil, 2009). De modo específico, busca-se analisar a concepção de infância e de desenvolvimento infantil presente nesses documentos, examinar os princípios avaliativos neles defendidos e refletir sobre práticas que respeitem o desenvolvimento integral das crianças, evitando processos de escolarização precoce e reafirmando a centralidade das experiências, interações e produções culturais infantis.

## Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de abordagem bibliográfica e documental. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de compreender concepções, fundamentos e sentidos que orientam as práticas avaliativas na Educação Infantil, especialmente no que se refere à linguagem escrita, considerando os referenciais teóricos e o contexto normativo que sustentam essa etapa da Educação Básica.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, o estudo fundamenta-se em autores que discutem avaliação educacional, avaliação formativa e práticas pedagógicas na Educação Infantil, tais como Hoffmann (2014), Luckesi (2011), Esteban (2002), Ferreira e Teberosky (1999) e Soares (2004). Dialoga também com contribuições dos Estudos da Infância, especialmente Sarmento (2004) e Corsaro (2011), que subsidiam a compreensão da criança como sujeito social e produtor de cultura. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, permitindo ampliar e aprofundar o referencial teórico acerca do objeto investigado. Essa etapa possibilitou a construção de um marco analítico voltado à compreensão da avaliação como processo mediador, interpretativo e não classificatório.

A pesquisa documental concentrou-se na análise da BNCC (Brasil, 2017) e das DCNEI (Brasil, 2009), compreendidas como documentos normativos que orientam as práticas pedagógicas e avaliativas na Educação Infantil. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa documental utiliza fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, possibilitando examinar diretamente os princípios, orientações e concepções expressos nos textos oficiais.

A análise dos documentos foi realizada por meio de leitura interpretativa e crítica, buscando identificar as concepções de infância, de linguagem escrita e de avaliação neles explicitadas, bem como os tensionamentos entre os princípios normativos e as práticas avaliativas que tendem a se consolidar no cotidiano escolar. O procedimento analítico privilegiou a articulação entre os referenciais teóricos e os documentos oficiais, com vistas a problematizar os sentidos atribuídos à avaliação da linguagem escrita na Educação Infantil e suas possíveis aproximações com processos de escolarização precoce.

## Resultados e Discussões

A análise da BNCC (Brasil, 2017) evidencia que a Educação Infantil se organiza a partir dos eixos estruturantes interações e brincadeiras, reafirmando a criança como sujeito de direitos, protagonista de suas experiências e produtora de cultura. No campo de experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, a linguagem oral e escrita é compreendida como dimensão constitutiva do desenvolvimento infantil, devendo ser vivenciada em situações significativas e contextualizadas. A inserção da criança no universo letrado, portanto, não se orienta por metas de alfabetização formal, mas pela ampliação de repertórios culturais, pelo contato com diferentes gêneros textuais e pela participação em práticas sociais de linguagem.

As DCNEI (Brasil, 2009) reforçam essa perspectiva ao estabelecer que a avaliação deve ocorrer por meio de acompanhamento contínuo, registro e reflexão sobre os processos de desenvolvimento, vedando explicitamente a promoção ou retenção das crianças. Tal orientação converge com a concepção de avaliação formativa defendida por Hoffmann (2014), que compreende o ato avaliativo como mediação pedagógica, e por Luckesi (2011), ao afirmar que avaliar implica diagnosticar para intervir qualitativamente no processo educativo. Nessa perspectiva, a avaliação da linguagem escrita não pode se restringir à verificação de desempenhos pontuais, mas deve considerar os percursos individuais, as hipóteses elaboradas pelas crianças e suas formas singulares de interação com o mundo letrado.

Entretanto, quando se amplia o olhar para o contexto das políticas educacionais contemporâneas, observa-se a consolidação de uma cultura avaliativa orientada por resultados, marcada pela lógica da responsabilização e da mensuração de desempenho. Ainda que a Educação Infantil não esteja submetida diretamente a avaliações externas padronizadas, o sistema educacional como um todo é atravessado por metas, indicadores e rankings, produzindo efeitos simbólicos sobre todas as etapas da Educação Básica. Nesse cenário, a antecipação de expectativas relacionadas à alfabetização e ao desempenho futuro tende a influenciar, ainda que de forma indireta, a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Essa influência manifesta-se na valorização de práticas voltadas à identificação precoce de habilidades específicas, como o reconhecimento de letras, a escrita convencional do nome ou o preenchimento de atividades padronizadas. Quando associadas a processos avaliativos, tais práticas podem deslocar o foco do acompanhamento do desenvolvimento integral para a verificação de indicadores fragmentados de aprendizagem. Esteban (2002) problematiza que a redução da avaliação a procedimentos de controle e classificação compromete sua dimensão emancipatória, ao transformar o processo educativo em mecanismo de regulação e normalização.

Ao tensionar essa dinâmica, evidencia-se que as relações entre cuidar, educar e avaliar se fragilizam quando a linguagem escrita passa a ser tratada como conteúdo a ser mensurado, e não como prática social a ser experienciada. As contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999)

demonstram que a criança constrói hipóteses sobre o sistema de escrita a partir de suas interações com textos e contextos sociais. Avaliar, nesse sentido, implica interpretar essas hipóteses, compreender seus avanços e reconhecer que o erro constitui parte constitutiva do processo de aprendizagem. Soares (2004) amplia essa discussão ao destacar que o letramento envolve práticas culturais e sociais, exigindo que a avaliação considere as condições concretas de participação das crianças em situações reais de leitura e escrita.

Nessa perspectiva, a avaliação da linguagem escrita na Educação Infantil exige do professor uma postura investigativa e reflexiva, capaz de ultrapassar a lógica da verificação para assumir a lógica da compreensão. Tal posicionamento demanda formação docente consistente, que possibilite a leitura pedagógica das produções infantis e a construção de registros que expressem processos, e não apenas resultados aparentes. Quando a avaliação se limita à constatação de desempenhos esperados para determinada faixa etária, corre-se o risco de invisibilizar trajetórias singulares e de reforçar expectativas normativas que desconsideram as múltiplas infâncias presentes nos contextos escolares. Essa orientação aproxima-se de uma lógica adultocêntrica que nega às crianças o estatuto de atores sociais competentes (Sarmento, 2004; Corsaro, 2011), homogeneizando experiências e restringindo a complexidade de suas formas de participação nas práticas de linguagem.

Além disso, a prática avaliativa não se constrói de forma isolada, mas está imersa em uma cultura institucional que pode valorizar evidências rápidas de aprendizagem, relatórios padronizados e indicadores mensuráveis. Tal cultura, ainda que não explicitamente imposta à Educação Infantil, pode induzir práticas que aproximam essa etapa de uma lógica preparatória para o Ensino Fundamental, fragilizando sua identidade própria. Sustentar uma avaliação coerente com os princípios da BNCC (Brasil, 2017) e das DCNEI (Brasil, 2009) implica tensionar tais expectativas e reafirmar que a linguagem escrita, na infância, deve ser vivida como experiência significativa, preservando o caráter ético e formativo do ato avaliativo.

Desse modo, a análise evidencia que, embora haja consonância normativa na defesa de uma avaliação qualitativa, processual e não classificatória, persistem tensionamentos no cotidiano escolar que podem favorecer movimentos de escolarização precoce. A concepção de infância presente na BNCC (Brasil, 2017) e nas DCNEI (Brasil, 2009) fundamenta-se no reconhecimento da criança como sujeito histórico, social e cultural, protagonista de suas experiências e produtora de sentidos. Tal concepção exige práticas avaliativas coerentes com essa visão ampliada de desenvolvimento. Contudo, quando expectativas de desempenho e pressões por resultados passam a orientar, ainda que implicitamente, o trabalho docente, desloca-se o foco das experiências infantis para a antecipação de metas próprias de etapas posteriores da escolarização, fragilizando os princípios que estruturam a Educação Infantil como espaço de formação integral.

Assim, a avaliação da linguagem escrita na Educação Infantil precisa ser compreendida como prática reflexiva, ética e política. Reflexiva, porque demanda leitura sensível e interpretativa dos processos infantis; ética, porque requer respeito aos tempos, às singularidades e às múltiplas formas de expressão das crianças; e política, porque se insere em um contexto educacional atravessado por disputas de sentidos acerca da finalidade da educação e do papel da avaliação. Reafirmar o caráter formativo da avaliação nessa etapa implica tensionar tendências classificatórias, resistir à redução da aprendizagem a indicadores fragmentados e sustentar o compromisso com o desenvolvimento integral, mantendo articulados o cuidar, o educar e o avaliar como dimensões indissociáveis do trabalho pedagógico.

## Conclusões

A análise demonstra que a avaliação da linguagem escrita na Educação Infantil é concebida, nos documentos normativos, como processo contínuo, qualitativo e não classificatório. A BNCC (Brasil, 2017) e as DCNEI (Brasil, 2009) reafirmam o desenvolvimento integral da criança e orientam práticas avaliativas baseadas na observação, no registro e na reflexão pedagógica. Constata-se coerência normativa na defesa de uma avaliação formativa comprometida com os percursos individuais e com a inserção da criança em práticas sociais de linguagem. Identificam-se, contudo, tensionamentos no cotidiano escolar decorrentes da influência de uma cultura avaliativa orientada por resultados.

Verifica-se que tais tensionamentos favorecem movimentos de escolarização precoce e a redução da linguagem escrita a indicadores fragmentados de aprendizagem. Evidencia-se que a avaliação da linguagem escrita exige postura docente investigativa, capaz de interpretar hipóteses, reconhecer avanços e respeitar os tempos da infância. Conclui-se que sustentar uma avaliação coerente com os princípios da Educação Infantil requer resistência a tendências classificatórias e compromisso com o desenvolvimento integral, assegurando que a linguagem escrita seja vivida como experiência significativa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento infantil; Cultura avaliativa; Escolarização precoce; Letramento; Prática docente.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2003.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.